



CARTA FINAL DO ENCONTRO

5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2¹

Temos uma Constituição Cidadã, fundamento da nossa democracia, que em 2018 completa 30 anos. Nossa Carta Magna estabeleceu um sistema de seguridade social, que inclui o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a previdência social. Estes sistemas foram concebidos garantindo a participação e o controle social. A Constituição reconhece a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira, os direitos territoriais dos povos indígenas e dos quilombolas bem como a função social da terra.

Ao longo dos anos, a sociedade brasileira participou das conquistas e avanços para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Vínhamos construindo um novo país com maior equidade e resgate de nossa autoestima e identidade. A valorização da agricultura familiar e camponesa, o enfrentamento da extrema pobreza, a erradicação da fome e da miséria e a democratização da educação — que permitiu o acesso a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais² — orientaram as políticas públicas. Houve alianças de movimentos sociais, indígenas e forças populares da cidade, campo, florestas e águas, com protagonismo de mulheres e jovens, e integração com países da América Latina e da África.

Leis importantes foram promulgadas para assegurar o direito humano à alimentação como um dos direitos fundamentais de nossa nação, além do desenho e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) promove a intersetorialidade e contempla políticas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, inclusão produtiva, enfrentamento da extrema

¹ O Encontro 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 foi realizado de 6 a 8 de março de 2018 em Brasília. Contou com 368 participantes da sociedade civil e governo, escolhidas(os) nos Encontros Estaduais e do DF, conselheiras(os) nacionais e convidadas(os).

² De acordo com o Decreto nº 8.750/2016, que trata da composição do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), são povos e comunidades tradicionais: comunidades quilombolas, povos e comunidades de matriz africana e de terreiro, povos ciganos, pescadoras e pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiras e benzedeiros, ilhéus, raizeiras e raizeiros, geraizeiras e geraizeiros, caatingueiras e catingueiros, vazanteiras e vazanteiros, veredeiras e veredeiros, apanhadoras e apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiras e pantaneiros, morroquianas e morroquianos, povo pomerano, catadoras e catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiras e retireiros do Araguaia, comunidades de fundo e fechos de pasto, ribeirinhas e ribeirinhos, cipozeiras e cipozeiros, andirobeiras e andirobeiros, caboclas e caboclos.



pobreza e promoção da alimentação adequada e saudável, entre outras. Destacamos também a aprovação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o acesso dos agricultores familiares e camponeses às compras públicas. Todos esses avanços levaram ao reconhecimento internacional do Brasil na área de SAN e nos tiraram do Mapa da Fome³.

Contudo, a atual conjuntura de retrocessos na democracia nos impôs um cenário de desconstrução de direitos, precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, esvaziamento de políticas públicas e iminente volta do Brasil ao Mapa da Fome. A agenda de reformas representa uma grave violação aos direitos de cidadania. Setores da sociedade brasileira, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade, já sofrem as consequências do desmonte do sistema de proteção social devido, principalmente, à limitação dos gastos imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016⁴. Essas medidas compõem um modelo de Estado que atende a interesses privados e é pautado no racismo institucional, mercantilização e privatização de serviços e dos recursos naturais (pré-sal, água, energia, terras e sementes). Identificamos uma profunda incoerência entre a imposição de medidas de austeridade para a maioria da população e, por exemplo, o perdão de dívidas, subsídios e isenção fiscal para uma minoria privilegiada.

Além dos cortes orçamentários, os retrocessos são acompanhados de desestruturação institucional, criminalização dos movimentos sociais e aumento de intolerâncias em razão de gênero, orientação sexual, raça e situação socioeconômica. São alarmantes os casos de crimes de ódio contra mulheres, crianças e populações em situação de rua, assassinatos e episódios de violência contra lideranças motivadas por conflitos relativos a terra e território. Lamentamos que esses fatos sejam oriundos, muitas vezes, da ação ou omissão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Esse contexto vem comprometendo seriamente a trajetória virtuosa de construção participativa do Sisan. Os mesmos cortes orçamentários e a desestruturação institucional identificados em diferentes setores se reproduziram no Sisan, como a extinção do Ministério de Desenvolvimento

³ O Mapa da Fome (Situação Mundial de Segurança Alimentar e Nutrição) é uma publicação anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em parceria com outras organizações do sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde, Programa Mundial de Alimentos, entre outras, que analisa os progressos e desafios relacionados ao fim da fome nos países e outros aspectos de alimentação e nutrição. O relatório de 2014 anunciou que o Brasil havia saído do Mapa da Fome. Mais informações: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/>

⁴ Emenda Constitucional número 95, de 15 de dezembro de 2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm



Agrário (MDA), a fragilização institucional da agenda relacionada a pesca, mulheres, juventude, direitos humanos e igualdade racial. Ocorreram cortes orçamentários brutais nos programas de apoio e fomento à agricultura familiar e camponesa (Assistência Técnica e Extensão Rural/Ater, modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, crédito e financiamento), agroecologia, pesca artesanal, reforma agrária e acesso à água.

Essa desestruturação reforça um sistema alimentar baseado na monocultura, agricultura intensiva, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, concentração dos processos produtivos e de comercialização e oferta massiva de produtos ultraprocessados. O sistema hegemônico gera concentração de renda e terra, contaminação e devastação ambiental e injustiças socioambientais, promove o aumento das desigualdades e conflitos no campo e de doenças e agravos. Alerta-se para o aumento das doenças ligadas à má alimentação, os números crescentes de casos de obesidade em todas as faixas etárias — inclusive crianças pequenas — e das doenças a ela associadas como diabetes, hipertensão arterial, vários tipos de câncer, doenças do coração, entre outras.

Nesse momento de perdas e dificuldades, reforçamos nossa resistência e luta pela Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania⁵ e reivindicamos:

- Respeitar o Estado democrático de direito e o exercício da democracia pelo povo;
- Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, retomando o investimento público crescente nas políticas sociais;
- Incluir e priorizar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na agenda política dos três poderes;
- Fortalecer o Sisan e suas instâncias (Câmara Interministerial/secretarial de SAN e Conselhos de SAN), com a garantia da intersetorialidade e integração com outros sistemas de políticas públicas e sociais, tais como SUS e o Suas;
- Garantir o financiamento e cofinanciamento público para implementação do Sisan (conferências, funcionamento dos Conseas e das Caisans) e, conseqüentemente, a elaboração e implementação dos Plansan nacional, estadual e municipal;
- Criar condições para o exercício pleno da participação e controle social dos diferentes segmentos, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade, assegurando recursos, visibilidade e voz nos espaços democráticos;

⁵ Este foi o lema da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em novembro de 2015 em Brasília. Conheça o Manifesto à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar: http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/manifesto-a-sociedade-mostra-o-que-e-comida-de-verdade/copy2_of_manifesto.pdf



- Avançar na implementação de mecanismos de exigibilidade para o DHAA, como ouvidorias e promotorias voltadas para a SAN, inclusive para a população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade;
- Ampliar a política e os programas de SAN, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em observância à Lei 11947/2009, PAA, Programa Bolsa Família, inclusão produtiva rural, acesso à água, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, economia solidária, entre outros;
- Fortalecer a produção agroecológica e orgânica, por meio de incentivos fiscais, assistência técnica e compras institucionais;
- Fortalecer os campos e bancos de sementes crioulas;
- Garantir a soberania nacional, combatendo iniciativas de privatização de instituições públicas estratégicas que impactam negativamente na soberania alimentar do povo brasileiro;
- Reconhecer a água como direito humano fundamental, por ser um bem comum inapropriável e não mercadoria;
- Combater a privatização dos aquíferos;
- Fortalecer uma política pública de recursos hídricos, que garanta esse recurso para a produção e consumo humano, com destaque para os programas de acesso à água;
- Proteger, manter e recuperar nascentes e mananciais, por meio de políticas ambientais para preservação dos recursos naturais, e controle do desmatamento causado pelo agronegócio de modo a conter/mitigar os efeitos sobre as mudanças climáticas;
- Aumentar o controle dos projetos de mineração para prevenir desastres ambientais;
- Apurar, punir os responsáveis e garantir reparação de crimes ambientais, ao contrário do que aconteceu com as empresas responsáveis pelo “desastre de Mariana”;
- Estruturar sistemas de produção sustentáveis, que garantam a Comida de Verdade, priorizando e valorizando a agricultura familiar e camponesa e a agricultura urbana em base agroecológica, como proposta de desenvolvimento para o país, em contraponto ao sistema alimentar hegemônico.
- Exigir a erradicação em território nacional do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos. Nesse sentido, é necessário: revisar as leis existentes e aprovar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA); tributar agrotóxicos e desonerar a Comida de Verdade; construir uma política de abastecimento de forma participativa, fortalecendo os circuitos curtos de produção e consumo e inclusão produtiva;
- Fortalecer a agricultura familiar e camponesa em suas diferentes etapas produtivas: fomento à produção (Pronaf), Ater, pré-beneficiamento, beneficiamento (com especial



atenção à adequação da legislação sanitária), escoamento, comercialização e consumo, como também criar mecanismos de fortalecimento das formas de organização social, como cooperativismo e associativismo;

- Fortalecer e ampliar mercados de produtores, feiras agroecológicas e demais estratégias que estabeleçam circuitos curtos de produção e consumo;
- Retomar e atualizar o processo de elaboração participativa de uma proposta de Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
- Fortalecer e ampliar, assim como desenvolver novas políticas de SAN para os povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais, que reconheçam seus sistemas de produção tradicionais, modos de vida e culturas alimentares, promovendo sustentabilidade e geração de renda, com a garantia da SAN;
- Fortalecer as políticas de combate ao racismo institucional e de ações afirmativas;
- Reestruturar o Cadastro Único para garantia do acesso às políticas públicas para os povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais e demais segmentos em situação de maior vulnerabilidade da nossa sociedade;
- Dar urgência à regularização fundiária, por meio da política de Reforma Agrária, reconhecer e demarcar as terras indígenas e quilombolas e criar unidades de conservação de uso sustentável;
- Avançar na agenda regulatória dos produtos ultraprocessados, com destaque para: corte de subsídios para as empresas e aumento dos tributos para os ultraprocessados; rotulagem que informe adequadamente a composição dos produtos, mantendo a informação sobre a presença de transgênicos e incluindo a rotulagem frontal de advertência; regulação da publicidade de ultraprocessados, sobretudo aquela dirigida às crianças;
- Reinstaurar o MDA e o Ministério da Pesca; fortalecer a Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Palmares, Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) para garantir as políticas de SAN;
- Garantir e ampliar a participação da sociedade civil brasileira nos espaços de debate e governança global em SAN;
- Prever, respeitar e promover os princípios estabelecidos na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) e PNSAN nos acordos de cooperação internacional em SAN e de ajuda humanitária;
- Ampliar o ensino, pesquisa participativa e extensão popular em soberania, segurança alimentar e nutricional nas instituições públicas de ensino e pesquisa;



- Ampliar o ensino, pesquisa participativa e extensão popular em sistemas produtivos agroecológicos nas instituições públicas de ensino e pesquisa;
- Democratizar os meios de comunicação com fortalecimento, financiamento e ampliação de redes de comunicação populares com informações críticas e confiáveis;
- Reconstituir e ampliar o orçamento compatível com a abrangência das políticas públicas que garantam os direitos fundamentais, com destaque para a Ater, programas de acesso à água, compras públicas de alimentos, em especial, o PAA;
- Ampliar e fortalecer o compromisso e medidas efetivas de implantação do Sisan e implementação do Plansan.

São necessários, portanto, o fortalecimento da implementação intersetorial das políticas de SAN e seu monitoramento e avaliação, respeitando acordos internacionais. Esperamos que os gestores públicos assumam o compromisso efetivo com essa agenda e que a política de SAN continue a ser respeitada como resultado de uma construção social já consolidada e reconhecida dentro e fora do país.

Considerando essas propostas, acompanharemos e mobilizaremos a sociedade civil, cientes que a participação e o controle social são elementos fundamentais para uma sociedade democrática e equânime. Para isso atuaremos na implementação de estratégias em diversas frentes:

Mecanismos de monitoramento/ Transparência

- Criar mecanismos de monitoramento como fóruns e redes de comunicação entre Conseas e observatórios da democracia nas três esferas administrativas;
- Fortalecer observatórios populares para política de SAN, violação de direitos e demarcação de terras;
- Promover a integração e sinergia entre Conselhos na mobilização social e na cobrança das ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas e planos de SAN nas três esferas administrativas;
- Monitorar a implementação das políticas de SAN e sua execução orçamentária, por meio do Portal da Transparência, Lei de Acesso à Informação, garantindo a prestação de contas públicas e transparência para a população;
- Propor o aprimoramento dos canais diretos entre o cidadão e a cidadã e o governo para acompanhamento da implementação das políticas, com prazos para atendimento e respostas.



Gestão

- Defender a integração das políticas de SAN por intermédio do Sisan e a articulação entre os três poderes para o monitoramento de ações;
- Impulsionar o estabelecimento e funcionamento dos fóruns tri/bipartite de SAN para promover a implementação dos planos nacional, estaduais e municipais de SAN;
- Empoderar os Conseas para garantir o monitoramento do Plansan e, dessa forma, assegurar que os setores do governo cumpram o seu papel;
- Exigir que os planos nacional e estaduais sejam efetivamente executados, atendendo a especificidades locais;
- Defender o fortalecimento institucional de órgãos governamentais como a Funai e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Orçamento

- Incidir no processo de elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) para garantir recursos financeiros adequados ao Sisan e à política de SAN;
- Acompanhar os indicadores de atingimento de metas das políticas de SAN e de execução orçamentária de forma participativa, relatórios e aplicativos disponíveis para toda a população.

Controle e participação social

- Fortalecer a ação permanente de controle social sobre as políticas e planos por meio dos diferentes espaços de participação (conselhos, fóruns, redes, movimentos sociais e consultas públicas);
- Ampliar a participação popular nos espaços de controle social, aumentando a visibilidade e participação dos povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais e da juventude, especialmente nos Conseas nacional, estaduais e municipais;
- Defender e proteger o funcionamento, estruturação e ampliação dos diferentes conselhos de controle social nacionais, estaduais e municipais, assim como de mecanismos de participação direta, incluindo ferramentas digitais, audiências e consultas públicas;
- Fortalecer os fóruns de soberania e segurança alimentar e nutricional nos estados e apoiar as redes de articulação dos movimentos sociais;
- Reivindicar a realização de plebiscitos revogatórios sobre as emendas constitucionais que coloquem em risco a realização de direitos.



Legislativo

- Promover a criação de frentes parlamentares em defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Fortalecer a articulação dos Conseas estaduais e nacional para nos fazermos presentes nas casas legislativas, cobrando, propondo e acompanhando projetos de lei afetos à agenda de SAN e vigiando aqueles que representam ameaças à garantia do DHAA.

Mecanismos de Exigibilidade

- Envolver o Ministério Público no monitoramento dos marcos legais e das políticas públicas de SAN, de forma a assegurar que as deliberações das conferências e planos de SAN sejam concretizadas;
- Incluir o Ministério Público na criação de uma frente de fiscalização e monitoramento do Sisan;
- Encaminhar denúncias de violações do DHAA a organismos internacionais, visando ao comprometimento desses organismos no monitoramento dos pactos e acordos assumidos pelo governo brasileiro.

Não criminalização

- Exigir que não haja qualquer forma de censura ou impedimento para mobilização dos movimentos sociais organizados, garantindo a liberdade de expressão e defesa de direitos;
- Combater a criminalização de todos os movimentos sociais.

Denúncia

- Dar ampla visibilidade aos retrocessos nas políticas públicas e às violações dos direitos sociais, de forma permanente, em todos os canais de comunicação disponíveis.

Capacitação/educação/informação

- Fomentar e apoiar iniciativas de educação sobre SAN em escolas e para toda a população, de maneira a ampliar a cultura de direitos;
- Capacitar os membros dos Conseas para seu empoderamento e monitoramento das políticas de SAN;



- Defender e propor um plano de educação permanente para gestores, profissionais e controle social, nas três esferas de governo, para fortalecer os componentes do Sisan (Caisan e Consea) e aprimorar a implementação de programas e ações.

Comunicação

- Utilizar mídias alternativas e independentes, ferramentas tecnológicas e redes de organizações populares relacionadas à SAN para contribuir no controle e na participação social efetiva e compartilhar boas práticas, socializando massivamente a política de SAN;
- Estimular a sociedade a desenvolver leitura crítica em relação à informação da grande mídia;
- Exigir a regulamentação da mídia conforme o Capítulo 5 da Constituição e garantir que as concessões públicas de rádio e TV destinem tempo para programas com informação qualificada sobre Comida de Verdade;
- Difundir para a sociedade civil informação sobre DHAA, a existência dos espaços de controle social e os mecanismos de exigibilidade;
- Formar redes de diálogos sobre SAN (fóruns, mídias sociais), instrumentalizadas para difundir o DHAA e a SAN para a sociedade em geral, enfatizando os povos indígenas, populações negras, povos e comunidades tradicionais, mulheres, população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade.

Mobilização

- Utilizar estratégias de mobilização que unifiquem as lutas e resistência em defesa dos direitos humanos, buscando maior convergência na salvaguarda da Constituição Federal e contra os retrocessos;
- Promover a mobilização das instâncias do Sisan e a articulação com outros setores atingidos pela Emenda Constitucional 95/2016, regionalizando a luta em prol de sua revogação;
- Contribuir para a conscientização da população sobre o direito ao acesso às políticas e programas de SAN.

Firmamos o compromisso de apresentar esta carta às candidatas e aos candidatos nas próximas eleições e pleitear a priorização da agenda de SAN. Cobraremos das eleitas e dos eleitos respostas às demandas apresentadas neste documento, bem como ao elenco de ações estratégicas dos Planos de SAN.



Nós, defensoras e defensores do DHAA, estamos firmes, fortes e resilientes e não vamos nos render. Estamos presentes nas cidades, nos campos, nas florestas e nas águas, ocupando espaços institucionais e não institucionais e mobilizando a sociedade em prol da agenda de SAN e pela realização de direitos.

Ubuntu: só estaremos bem se todas e todos estivermos bem!

Brasília-DF, 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher.